



Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos - SP
Professor de Educação Básica I

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Texto.....	1
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras.....	7
Ortografia Oficial.....	8
Pontuação.....	9
Acentuação.....	13
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações)....	15
Concordância verbal e nominal.....	26
Regência verbal e nominal.....	32
Crase.....	33
Colocação pronominal.....	45

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ferraz de Vasconcelos (Lei Complementar nº 167/2005 e suas alterações).....	1
Plano de Carreira e Remunerações do Magistério Público Municipal (Lei Complementar nº 227/2009 e suas alterações).....	35

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

A educação escolar – atuais tendências e exigências.....	1
Currículo e o pleno desenvolvimento do educando.....	3
A construção de uma escola democrática e inclusiva.....	4
A qualidade social da educação escolar e a educação para a diversidade numa perspectiva multicultural.....	5
Relação professor-aluno, escola-comunidade.....	5
A educação escolar como direito e dever do estado.....	16
Financiamento da educação.....	16
Concepções Filosóficas da Educação.....	21
Relação Educação – Sociedade – Cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar.....	22
Planejamento, metodologia e avaliação do processo ensino / aprendizagem.....	23
Bibliografia Sugerida: BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional	

SUMÁRIO



de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008. BRASIL.	32
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988. (Artigos 5º, 6º; 205 a 214)	41
BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente – ECA.	50
BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.	116
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (anexo o Parecer CNE/CP nº 3/2004)	143
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010)	158
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (anexo o Parecer CNE/CP nº 8/2012)	213
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	227
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo. DECRETO N.º 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	229
PERRENOUD, Philippe. “10 novas competências para ensinar”. Porto Alegre. Artmed..	251
PERRENOUD, Philippe. Formando Professores Profissionais, Porto Alegre. Artmed-Artes Médicas Sul, 2001 – Edição revisada.	251
MOREIRA, Antonio Flávio B. (Org.) – Currículo – Questões atuais – Papyrus Editora.....	252
HOFFMANN, Jussara – Avaliação Mediadora – Editora Mediação – 2000.	252
CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.....	256
CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo, Cortez, 2011.	263
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.	271
LA TAILLE, Yves. DANTAS, Heloisa e OLIVEIRA, Marta Kohl de, Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 24. ed., São Paulo: Summus, 1992.	284
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. UNESCO/Cortez Editora, cap. III e IV, p. 47- 78, e cp. VI, 93 -104, 2000.	285
RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011.	285
SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.	288
SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2010.	289
TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, out./dez. 1956. p. 3-27.	289
GROPPA, Julio – Indisciplina na escola (alternativas teóricas e práticas) Summus Editorial.	289
Metodologias ativas para uma educação inovadora (Lilian Bacich e José Moran).....	290
Exercícios	290
Gabarito.....	294

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Visão histórica da Educação Infantil no Brasil	1
Concepção de Educação Infantil, de infância e de criança	6
O imaginário infantil.....	9
O professor de Educação Infantil: Perfil	10
Desenvolvimento infantil: físico, afetivo, cognitivo e social.....	21
Relação entre o cuidar e o educar	27
A construção do raciocínio matemático.....	30
Pensamento e linguagem – leitura e escrita – letramento	33
A instituição e o projeto educativo	47
O jogo como recurso privilegiado. O brincar e o brinquedo	50
Construção das diferentes linguagens pelas crianças: movimento, música, artes visuais, natureza e ambiente, e matemática	57
Avaliação do processo educativo na Educação Infantil.....	85
Exercícios	88
Gabarito.....	96

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.



Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 167, de 13 de dezembro de 2005.

“Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ferraz de Vasconcelos e dá outras providências correlatas”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, no uso de suas atribuições legais:

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal DECRETA e eu PROMULGO a seguinte lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DO REGIME JURÍDICO

Art. 1º. O regime jurídico estatutário, disciplinado por esta Lei, aplica-se aos servidores públicos da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas municipais.

Parágrafo único. O disposto neste Estatuto não se aplica:

I – aos servidores investidos em empregos públicos, assim definidos em lei municipal específica;

II – aos empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades da Administração indireta que explorem atividade econômica;

III – aos contratados por prazo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, são servidores aqueles legalmente investidos em cargos públicos, de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 3º. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometido a determinado servidor, criado por lei, com denominação própria e vencimentos pagos pelos cofres públicos.

Parágrafo único. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, e aos estrangeiros na forma da Lei, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º. Os cargos de provimento efetivo da administração direta, das fundações públicas serão organizados em carreira, admitindo-se, se necessário, a criação de cargos isolados.

Parágrafo único. As carreiras serão organizadas em classes de cargos observadas a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem como a natureza e a complexidade das atribuições a serem exercidas por seus ocupantes, na forma prevista na legislação específica.

Art. 5º. Quadro de pessoal é o conjunto de carreiras e cargos isolados de uma entidade da Administração Municipal.

Art. 6º. É vedado cometer ao servidor público atribuições diversas da de seu cargo, exceto as de cargo de direção, chefia ou assessoramento e de comissões legais.

Art. 7º. É proibido o exercício gratuito de cargos públicos, salvo nos casos previstos em Lei.

CAPÍTULO II

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I – nacionalidade brasileira;

II – gozo dos direitos políticos;



Legislação e Conhecimentos Pedagógicos

Na Visão atual do conhecimento a escola deve estar ciente de que não é a única instância educativa. O conhecimento, em suas várias formas, é e será o recurso humano, econômico e sociocultural mais determinante na nova fase da história humana que já se iniciou.

Nunca antes na história da humanidade o conhecimento foi disponibilizado como o é na atualidade. Isso fez com que conforme foi aumentando a disponibilização da informação foi diminuindo o status das instituições de ensino como as únicas possuidoras do saber. Em contra partida, a exigência de conhecimentos específicos passou a ser cada vez mais considerada como elementar.

O conhecimento virou tema obrigatório. Fala-se muito em sociedade do conhecimento, sociedade da informação, e agora também em sociedade aprendente. É importante que se saiba encarar positivamente o desafio pedagógico por saber expressar-se nessa série de novas linguagens. Deste modo, a escola não deve ser concebida como simples agência repassadora de conhecimentos prontos e acabados. Ela deve transformar seus alunos, para que a sociedade se transforme também.

VISÃO HISTÓRICA DAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Antigamente, estudava-se para aprender socialmente. A educação era mera reprodução do conhecimento, e levava à repetição e a uma visão mecanicista do ensino e da aprendizagem. Estas eram as tendências tradicionais, escolanovista e tecnicista da educação.

A Tendência Tradicional valoriza o ensino humanístico e conservador. Coloca o aluno em contato com as grandes realizações da humanidade. Seu ensino é rígido e funciona através da transmissão e confrontação com modelos de demonstrações. Essa escola é um “mundo fechado”, não há renovação de ideias e nem renovação da prática didática do professor, cujo papel era apresentar um conteúdo pronto e acabado, para que seus alunos repetissem e reproduzissem o modelo proposto. O professor era o dono da verdade, era severo, rigoroso, autoritário e objetivo. E o aluno era um ser repetitivo e passivo, e obedecia sem questionar.

As aulas eram expositivas. A metodologia fundamentava-se em escutar, ler, decorar e repetir. Enfatizava-se o ensinar e não o aprender. A avaliação era única e bimestral, valorizava a memorização, a repetição e a exatidão.

A Escola Nova (tendência escolanovista) representou a fase da evolução da pedagogia. Enfatizou-se o ensino centrado no aluno, levando em conta seus interesses. O professor passou a ser um facilitador da aprendizagem e ganhou autonomia para criar seu próprio repertório. O aluno tornou-se figura principal no processo de ensino e aprendizagem, e aprende pela descoberta. Os princípios da Escola Nova recomendam o respeito à personalidade do educando e às suas dificuldades individuais. A metodologia baseia-se na experiência que o professor vai elaborar junto aos alunos, e variam segundo a sua cultura, a sua família, sua comunidade, seu trabalho e sua vida cívica e religiosa. A avaliação privilegia a auto-avaliação e busca metas pessoais.

A Escola Tecnicista baseia-se no Positivismo, isto é, a educação deve fundamentar-se na ciência. Tudo aquilo que não tiver base científica deve afastar-se da educação. O elemento principal da abordagem tecnicista não é o professor nem o aluno, mas a organização racional dos meios.

Por esse motivo, a educação era fragmentada e mecanicista, mas a ênfase do ensino ainda continua na reprodução do conhecimento. Esse tipo de ensino surgiu com o advento da Revolução Industrial. Seu papel fundamental era o de treinar os alunos, funcionando como modelador do comportamento humano. Na realidade, a tendência tecnicista procurou transpor para a escola a forma de funcionamento da fábrica, perdendo de vista a especificidade da educação.

O professor é um elo entre a verdade científica e o aluno. O aluno fica privado de criticidade, pois seguir à risca os manuais e instruções demonstra a eficiência e a competência requerida pela sociedade. O ensino é repetitivo e mecânico, e a retenção do conteúdo é garantido pelos exercícios. A ênfase na repetição leva o professor a propor cópia, exercícios mecânicos e premiações pela retenção do conhecimento. A metodologia tecnicista enfatiza a resposta certa e a avaliação visa o produto.



Conhecimentos Específicos

A educação está presente em todas as sociedades e passa por diversas mudanças ao longo do tempo. A sociedade, de uma forma ou de outra, se educa – e a educação molda o homem e, a depender da finalidade dela na sociedade, pode ser utilizada como forma de dominação ou de libertação. É necessário que haja educação para que a sociedade se desenvolva, tenha cidadãos críticos. A evolução da educação está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade. Segundo Gadotti (1999), a prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico, que surge com a reflexão sobre a prática, pela necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados objetivos. Como afirma Paulo Freire (1993), a educação como intervenção inspira mudanças radicais na sociedade, na economia, nas relações humanas e na busca dos direitos, ou seja, uma sociedade sem educação não evolui. Diante da grande importância da educação, se torna necessário estudar a História da Educação em seus mais diversos contextos, pois ela proporciona o conhecimento do passado da humanidade, criando assim novas perspectivas. Para Aranha (2006, p. 24),

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política.

Logo, ao estudar a História da Educação podemos compreender que não há mudanças sem educação e podemos pensar os indivíduos como agentes construtores de história, ou seja, podemos perceber a importância da educação na sociedade e na formação cultural, social e econômica dela. O Brasil apresenta, em cada período de sua história, realidades e contextos diferentes, mas que, evidentemente, não difere o modelo de educação destinado às classes populares: uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro às vezes, em precárias condições, privando-as, assim, de uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente de qualidade.

Por mais que as leis elaboradas ao longo dos anos indicassem mudanças, a realidade pouco mudava e, a educação, com toda a sua magnitude, se destinou a beneficiar a classe dominante em detrimento das classes populares, contribuindo para formar “objetos”, quando deveria formar sujeitos da história.

A educação durante o Período Colonial (1500-1822)

A história do Brasil é marcada preponderantemente pela dependência, exploração, violência, desrespeito às diferenças culturais e privilégio de alguns em detrimento da grande maioria da população. É com a chegada do elemento europeu a terras brasileiras que essa situação inicia-se, provocando um choque cultural que rebaixa o índio e, posteriormente, o negro e enaltece o branco, seu projeto de colonização e seu desejo desmedido de expandir-se territorial e economicamente.

Nesse contexto, a Companhia de Jesus, que foi fundada para contrapor-se ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida para o Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário, com o objetivo de catequisar e instruir os índios e colaborar para que estes se tornem mais dóceis e, conseqüentemente, mais fáceis de serem aproveitados como mão de obra. “A organização escolar na Colônia está como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses” (Ribeiro, 1986, p. 24). A obra educativa dos jesuítas estava integrada à política colonizadora; durante pouco mais de dois séculos foi a responsável quase exclusiva pela educação no período; além de ser um ensino totalmente acrítico e alheio à realidade da vida da colônia, foi aos poucos se transformando em uma educação de elite e, em conseqüência, num instrumento de ascensão social. O ensino não poderia interessar à grande massa pobre, pois não apresentava utilidade prática, visava uma economia fundada na agricultura e no trabalho escravo; o ensino jesuítico só poderia interessar àqueles que não precisavam trabalhar para sobreviver. A Companhia de Jesus, que tinha inicialmente em seus objetivos catequisar e instruir o índio, de acordo com o Ratio, foi aos poucos se configurando como forte instrumento de formação da elite colonial, ficando os indígenas e as classes mais pobres à mercê da instrução. Segundo Piletti (1991, p. 34), “os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”. Ribeiro (1986, p. 29) elucida que “o plano legal (catequisar e